

Instituições, regimes políticos e crescimento econômico: evidências comparativas para a América Latina^a

Institutions, Political Regimes and Economic Growth: Comparative Evidence for Latin America

Sivanildo José de Almeida^b 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre (RS), Brasil

Fábio Rodrigues de Moura^c 

Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Economia, São Cristóvão (SE), Brasil

Sérgio Marley Modesto Monteiro^d 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre (RS), Brasil

Resumo: Este artigo analisa empiricamente o efeito das instituições políticas e econômicas sobre o crescimento econômico em países latino-americanos que vivenciaram regimes civil-militares com duração superior a dez anos, no período de 1960 a 2018. O estudo integra contribuições da Nova Economia Institucional e da Ciência Política para investigar como diferentes regimes políticos condicionam os efeitos das instituições sobre o crescimento econômico ao longo do tempo. A hipótese central é que esses efeitos variam significativamente entre regimes autoritários e democráticos, sendo

Editor responsável: Marcos Taroco Resende | DOI: 10.22456/2176-5456.152849

^a Submissão: 12/01/2026 | Aprovação: 31/08/2026 | Publicação: 27/09/2026

^b sivanildoalmeida@gmail.com | Concepção, pesquisa e análise de dados e/ou documentos, discussão dos resultados e redação e revisão do texto.

^c fabiro@academico.ufs.br | Concepção, pesquisa e análise de dados e/ou documentos, discussão dos resultados e redação e revisão do texto.

^d sergio.monteiro@ufrgs.br | Concepção, pesquisa e análise de dados e/ou documentos, discussão dos resultados e redação e revisão do texto.

Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil (processo nº 140666/2022-2). Os autores declaram não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito. Foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para revisão gramatical/ortográfica do texto.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

mais robustos em contextos democráticos caracterizados por instituições inclusivas. A estratégia empírica baseia-se no estimador *System-GMM*, adequado para lidar com a endogeneidade potencial das variáveis institucionais em painéis dinâmicos. Os resultados indicam que as instituições econômicas exercem efeito positivo e estatisticamente robusto sobre o crescimento, inclusive sob regimes autoritários, embora esse efeito se intensifique em períodos democráticos. As instituições políticas, por sua vez, apresentam impactos mais sensíveis às especificações, com efeitos positivos emergindo apenas em horizontes temporais mais longos. Conclui-se que instituições econômicas sólidas desempenham papel relevante no crescimento dos países analisados na América Latina, mas seus efeitos sobre trajetórias mais inclusivas parecem ser favorecidos pela presença de arranjos políticos democráticos, associados a maior previsibilidade e estabilidade institucional.

Palavras-chave: Instituições. Regimes Políticos. Crescimento Econômico. América Latina. *System-GMM*.

Abstract: This article empirically analyzes the effect of political and economic institutions on economic growth in Latin American countries that experienced civil-military regimes lasting more than ten years between 1960 and 2018. The study draws on contributions from New Institutional Economics and political science to investigate how different political regimes shape the effects of institutions on economic growth over time. The central hypothesis is that these effects vary significantly between authoritarian and democratic regimes, being more robust in democratic contexts characterized by inclusive institutions. The empirical strategy is based on the *System-GMM* estimator, which is well-suited to address the potential endogeneity of institutional variables in dynamic panels. The results indicate that economic institutions have a positive and statistically robust effect on growth, even under authoritarian regimes, although this effect intensifies during democratic periods. Political institutions, in turn, exhibit impacts that are more sensitive to specifications, with positive effects emerging only over longer time horizons. We conclude that strong economic institutions play a significant role in the growth of the Latin American countries analyzed, but their effects on more inclusive growth trajectories appear to be enhanced by the presence of democratic political arrangements, which are associated with greater predictability and institutional stability.

Keywords: Institutions. Political Regimes. Economic Growth. Latin America. *System-GMM*.

JEL: C23. O43. N46.

1. Introdução

A América Latina apresenta uma trajetória marcada por elevada heterogeneidade política, econômica e institucional, sendo historicamente condicionada por choques externos e pela volatilidade dos termos de troca, refletindo uma inserção dependente nos ciclos internacionais de liquidez, comércio e demanda global (Ocampo; Ros, 2011). Essa dinâmica contribuiu para recorrentes episódios de instabilidade macroeconômica e institucional, resultando em restrições ao crescimento de longo prazo e influenciando as estratégias de desenvolvimento econômico.

Entre as décadas de 1960 e 1980, grande parte dos países latino-americanos experimentou regimes civil-militares que redefiniram as relações entre Estado, sociedade e economia, produzindo legados institucionais duradouros que continuam a influenciar o desempenho econômico atual (Pozo, 2009; Stepan, 1975). Embora heterogêneos, tais regimes marcaram profundamente as trajetórias institucionais da região.

A partir da década de 1980, esse ciclo entrou em declínio, sendo sucedido por transições democráticas majoritariamente graduais e pactuadas, que preservaram parte das estruturas institucionais herdadas do período militar. Como resultado, consolidaram-se democracias formais marcadas por legados autoritários persistentes, refletidos tanto nas instituições políticas quanto econômicas (Hagopian, 1993; Munck; Leff, 1997).

Nesse contexto, o autoritarismo na região não representou um desvio pontual, mas um componente estrutural do processo de modernização, com implicações importantes para o desenvolvimento econômico de longo prazo. No entanto, permanece aberta a discussão sobre os mecanismos pelos quais o ambiente institucional molda a trajetória de crescimento dos países latino-americanos, especialmente no que se refere ao papel dos regimes políticos, tornando-se uma temática relevante para a literatura de Economia Comparada.

Para analisar essa questão, adotamos o marco teórico da Nova Economia Institucional (NEI), que enfatiza o papel das instituições na redução de incertezas e na coordenação das atividades econômicas. A abordagem foi desenvolvida inicialmente por Douglass North, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1993, e posteriormente expandida por Acemoglu e Robinson, laureados em 2024.

Segundo North (1991), instituições são restrições formais e informais que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais, moldando incentivos e expectativas dos agentes. Elas operam simultaneamente nas esferas política e econômica, refletindo a interdependência entre decisões econômicas e arranjos de poder (Furubotn; Richter, 2005).

Posteriormente, Acemoglu e Robinson (2012) propuseram uma distinção entre instituições inclusivas e extrativas. As instituições inclusivas ampliam a participação política, garantem direitos de propriedade e criam incentivos ao investimento, ao passo que as instituições extrativas concentram poder e renda, restringindo a concorrência econômica. A interação entre elas pode gerar círculos virtuosos de crescimento sustentado ou círculos viciosos marcados por desigualdade e baixo desempenho econômico.

Embora instituições inclusivas estejam associadas ao crescimento de longo prazo, surtos de crescimento podem ocorrer mesmo sob regimes políticos extrativos, como nos “milagres econômicos” autoritários. Nesses contextos, os autores argumentam que as elites adotam temporariamente instituições econômicas relativamente inclusivas para gerar excedentes, mas, na ausência de freios políticos, tais arranjos tendem a ser instáveis, resultando em estagnação, crises ou colapsos econômicos.

A literatura empírica tem documentado de forma consistente a relação entre qualidade institucional e crescimento econômico. Em geral, os estudos apontam para efeitos positivos das instituições sobre o desempenho econômico, embora com variações relevantes entre os contextos examinados, associadas à composição da amostra e ao período analisado, à magnitude e à persistência dos efeitos, bem como às características estruturais das economias.

Em âmbito global, Próchniak (2013) analisa 180 países no período de 1993 a 2012 e demonstra que instituições de maior qualidade exercem impacto positivo sobre o desenvolvimento econômico. De forma semelhante, Góes (2016) examina 119 países entre 2000 e 2012 e encontra que ganhos de 1% na qualidade institucional elevam o PIB *per capita* em até 1,7% após seis anos.

Mais recentemente, Imam e Jalles (2025), utilizando uma amostra de até 130 países entre 1970 e 2022, reforçam a importância da qualidade institucional para o crescimento econômico ao evidenciarem que seus efeitos dependem da

capacidade estatal, sugerindo que a complementaridade entre essas dimensões constitui um fator relevante para o desempenho de longo prazo.

No entanto, a literatura não é consensual quanto à magnitude e persistência dos efeitos. Acemoglu *et al.* (2019), com base em 175 países (1960–2010), estimam ganhos persistentes de longo prazo associados à democratização, relativamente robustos entre diferentes níveis de desenvolvimento, sendo impulsionados por investimentos em capital físico, escolaridade e saúde.

Em contraste, Li e Kumbhakar (2022), ao analisarem 111 países (1995–2018), demonstram que, embora positivos, os efeitos das instituições são heterogêneos e estão condicionados ao contexto econômico, sendo mais pronunciados em países com menor desenvolvimento e menos evidentes em economias mais dinâmicas.

Além disso, evidências regionais reforçam essa heterogeneidade. Na África, Beyene (2024) mostra que melhorias na governança estão associadas a aumentos expressivos no PIB no período de 2002 a 2020. Já no Leste Asiático, Iskandar *et al.* (2023) indicam que apenas dimensões específicas, como qualidade regulatória e controle da corrupção, apresentam relação robusta com o crescimento entre 2005 e 2020.

Em perspectiva complementar, Aparicio-Pérez *et al.* (2025), ao analisarem 201 regiões europeias entre 2010 e 2019, demonstram que tanto instituições nacionais quanto regionais influenciam o desenvolvimento econômico, embora a qualidade das instituições nacionais exerça um papel relativamente mais relevante na explicação das diferenças de desempenho regional.

Apesar dos progressos observados, existem lacunas relevantes que limitam a compreensão dos efeitos das instituições sobre o crescimento em contextos específicos. Primeiro, muitos estudos carecem de motivação teórica para a escolha da amostra e do período analisado. Segundo, as análises regionais concentram-se majoritariamente na África e na Ásia. Terceiro, poucos artigos exploram de forma sistemática a interação entre regimes autoritários e democráticos por longos horizontes temporais, especialmente no contexto da América Latina, onde essa agenda permanece relativamente pouco explorada.

Nesse sentido, avançamos ao integrar a abordagem da NEI, centrada no papel das instituições, com contribuições da Ciência Política, que enfatiza como

diferentes regimes políticos moldam a natureza e a eficácia dos arranjos institucionais. Argumentamos que regimes democráticos tendem a favorecer instituições inclusivas, enquanto regimes autoritários estão mais associados a arranjos extrativos, gerando diferenças sistemáticas nos efeitos das instituições sobre o crescimento ao longo do tempo. Essa abordagem permite compreender não apenas o impacto das instituições, mas também os mecanismos por meio dos quais esses efeitos são condicionados pelos regimes políticos.

Assim, o objetivo é analisar como o ambiente institucional influencia a trajetória de crescimento econômico dos países latino-americanos, distinguindo os efeitos das instituições políticas e econômicas em diferentes regimes. A análise empírica considera o período de 1960 a 2018, com foco em países que vivenciaram ditaduras militares por mais de dez anos. A hipótese central é que o impacto das instituições sobre o crescimento econômico é significativamente mais robusto no período democrático do que no período autoritário, refletindo diferenças na natureza dos arranjos institucionais e nos incentivos aos agentes.

Do ponto de vista metodológico, a literatura empírica tem recorrido amplamente a modelos dinâmicos em painel, especialmente ao Método dos Momentos Generalizados (*Generalized Method of Moments – GMM*), como forma de lidar com a endogeneidade na relação entre instituições e crescimento econômico (Acemoglu *et al.*, 2019; Li e Kumbhakar, 2022; Iskandar *et al.*, 2023; Beyene, 2024). Alinhando-se a essa abordagem, adotamos o estimador *System-GMM*, que permite mitigar a endogeneidade e modelar a dinâmica do crescimento econômico.

Este artigo contribui para a literatura de Economia Comparada ao analisar os efeitos das instituições sobre o crescimento econômico em contextos institucionais distintos, com ênfase na interação entre regimes políticos e arranjos institucionais na América Latina. Essa contribuição se organiza em três aspectos principais:

1. Distingue empiricamente os efeitos das instituições políticas e econômicas sob regimes autoritários e democráticos ao longo de diferentes ciclos institucionais;
2. Mostra que o impacto das instituições políticas sobre o crescimento é condicionado pelo regime e pela defasagem temporal, enquanto as instituições econômicas apresentam efeitos mais imediatos e robustos;

3. Evidencia que o crescimento sob autoritarismo decorre de arranjos institucionais frágeis e transitórios, ao passo que a consolidação democrática amplia os retornos das instituições econômicas inclusivas na América Latina.

Assim, os resultados indicam que os efeitos das instituições sobre o crescimento variam significativamente entre regimes, sendo mais robustos e persistentes em contextos democráticos. As evidências reforçam a importância de considerar a interação entre instituições políticas e econômicas na compreensão do desempenho econômico da América Latina.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta os dados e os métodos, destacando a estratégia empírica, a descrição das variáveis e os procedimentos metodológicos adotados. A terceira seção discute os resultados econométricos e os testes de robustez. A quarta analisa as implicações institucionais dos resultados. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2. Dados e métodos

2.1 Estimador *System-GMM*

As variáveis institucionais são tratadas como endógenas no modelo, dada a possibilidade de causalidade reversa entre instituições e crescimento econômico. Instituições mais eficazes podem estimular o crescimento, enquanto o próprio crescimento pode influenciar a evolução institucional. Como resultado, a condição de exogeneidade contemporânea entre a variável dependente e as covariáveis pode não ser satisfeita.

Nesse contexto, abordagens dinâmicas tornam-se necessárias. Entre elas, o Método dos Momentos Generalizados (GMM) tem sido amplamente utilizado para lidar com esse problema, pois permite controlar simultaneamente efeitos fixos não observáveis e a endogeneidade potencial das variáveis explicativas, produzindo estimativas consistentes mesmo na ausência de instrumentos externos (Bond; Bowsher; Windmeijer, 2001).

Em particular, o estimador *System-GMM* mostra-se adequado por permitir modelar a dinâmica do crescimento econômico e acomodar a especificação

adotada, que incorpora interações entre instituições políticas e econômicas. Além disso, tende a apresentar melhor desempenho em painéis com número reduzido de unidades e maior dimensão temporal relativa, em relação ao *Difference-GMM*, uma vez que explora condições de momento adicionais em nível, contribuindo para ganhos de eficiência e redução de viés em pequenas amostras (Blundell; Bond, 1998; Bond, 2002).

Essa característica é especialmente relevante em aplicações com elevada persistência temporal das variáveis explicativas, como ocorre no caso das instituições. A forma linear do estimador *System-GMM* pode ser representada como:

$$y_{it} = \mathbf{x}_{it}^{\top} \boldsymbol{\beta} + \mu_i + v_{it}, \quad i = 1, \dots, N \quad t = 1, \dots, T, \quad (1)$$

Onde y_{it} é a variável resposta, $\mathbf{x}_{it}^{\top}$ é o vetor de variáveis explicativas que, em modelos dinâmicos, incorpora o termo autorregressivo e demais regressores potencialmente endógenos, $\boldsymbol{\beta}$ é o vetor de parâmetros a serem estimados e μ_i e v_{it} correspondem, respectivamente, aos efeitos fixos não observados e ao erro idiossincrático (Roodman, 2009).

O método corrige a endogeneidade ao combinar equações em primeiras diferenças, que eliminam os efeitos fixos, com equações em níveis, utilizando as próprias defasagens das variáveis como instrumentos. Essa estratégia permite a obtenção de estimadores consistentes, sendo válida sob as condições usuais de ortogonalidade e ausência de autocorrelação serial de segunda ordem nos resíduos.

A validade do conjunto de instrumentos é avaliada por meio dos testes de sobreidentificação de Sargan e Hansen. No teste de Sargan, sob a hipótese nula, as defasagens das covariáveis endógenas são, conjuntamente, instrumentos válidos no sistema, isto é, aproximadamente exógenos com base na informação amostral. A rejeição da hipótese nula indica a existência de correlação não desprezível entre os instrumentos e o termo de erro, comprometendo a validade do conjunto de instrumentos proposto.

O teste de Hansen, por sua vez, é robusto à presença de heterocedasticidade. Sob a hipótese nula, os instrumentos são conjuntamente válidos, ou seja, não apresentam correlação sistemática com o termo de erro. A rejeição da hipótese nula

indica inconsistência das condições de momento. No entanto, em painéis com número reduzido de unidades e elevado número de instrumentos, o teste pode apresentar perda de poder, tornando-se pouco informativo quanto à validade dos instrumentos (Roodman, 2009). Nesses casos, sua interpretação deve ser realizada de forma complementar a outros testes de diagnóstico.

Adicionalmente, aplica-se o teste de correlação serial de Arellano e Bond (1991) aos resíduos em primeira diferença. Por construção, espera-se autocorrelação de primeira ordem, enquanto a presença de autocorrelação de segunda ordem (ou superior) indica potencial invalidez dos instrumentos do tipo GMM na ordem testada. Embora essa estratégia metodológica não assegure identificação causal perfeita, ela representa a abordagem mais robusta disponível para mitigar vieses de endogeneidade em modelos de painel dinâmico, sendo amplamente empregada na literatura.

Para avaliar o impacto da qualidade institucional sobre o crescimento econômico, adotamos a estrutura de Mankiw, Romer e Weil (1992), comumente utilizada em estudos sobre crescimento econômico. A estratégia empírica inclui uma variável *dummy* indicadora do subperíodo institucional, com o objetivo de capturar o efeito diferencial das instituições durante os regimes militares e democráticos. Definimos $M_t = 1$ para o período militar e $M_t = 0$ caso contrário.

A equação (2) apresenta a especificação sem interação, enquanto a equação (3) incorpora termos de interação entre instituições políticas e econômicas:

$$g_{it} = \beta_0 \ln \text{PIB}_{it-n} + \beta_1 \text{IP}_{it} + \delta_1 (M_t \times \text{IP}_{it}) + \beta_2 \text{IE}_{it} + \delta_2 (M_t \times \text{IE}_{it}) + \mathbf{Z}_{it}^\top \boldsymbol{\theta} + \mathbf{d}_t + \mu_i + v_{it}, \quad (2)$$

$$g_{it} = \beta_0 \ln \text{PIB}_{it-n} + \beta_1 \text{IP}_{it} + \delta_1 (M_t \times \text{IP}_{it}) + \beta_2 \text{IE}_{it} + \delta_2 (M_t \times \text{IE}_{it}) + \beta_3 (\text{IP}_{it} \times \text{IE}_{it}) + \delta_3 M_t \times (\text{IP}_{it} \times \text{IE}_{it}) + \mathbf{Z}_{it}^\top \boldsymbol{\theta} + \mathbf{d}_t + \mu_i + v_{it}, \quad (3)$$

Onde g_{it} é a taxa de crescimento do PIB *per capita*; $\ln \text{PIB}_{t-n}$ corresponde ao logaritmo do PIB *per capita* inicial, captando a dinâmica de convergência do modelo e atuando como componente autorregressivo na especificação empírica; IP e IE representam a qualidade das instituições políticas e econômicas, respectivamente; $\mathbf{Z}$ é o vetor de variáveis de controle (formação bruta de capital,

capital humano, comércio de mercadorias e crescimento populacional); d_t representa as *dummies* de tempo que permitem controlar choques externos comuns a todos os países, como variações nos termos de troca e nas condições financeiras internacionais; μ_i são efeitos fixos individuais e v_{it} corresponde ao termo de erro.

Os efeitos dos regimes políticos são captados por meio de interações com as variáveis institucionais, uma vez que o efeito direto da *dummy* temporal de regime é absorvido pelos efeitos fixos de tempo. A interpretação dos parâmetros de interação baseia-se em efeitos marginais condicionados. Assim, enquanto os coeficientes β_1 e β_2 representam o impacto das instituições políticas e econômicas durante o período democrático ($M_t = 0$), os efeitos sob regime militar ($M_t = 1$) são obtidos pela combinação linear entre os efeitos principais e os termos de interação ($\beta_k + \delta_k$). Dessa forma, torna-se possível identificar se a eficácia institucional sobre o crescimento é potencializada ou mitigada pela natureza do regime político.

Alinhado à abordagem de North (1990) e Acemoglu e Robinson (2012), o modelo incorpora explicitamente essas interações para testar a hipótese de complementaridade institucional, segundo a qual os efeitos das instituições econômicas sobre o crescimento dependem do ambiente político em que estão inseridas.

As variáveis de controle escolhidas têm sido comumente utilizadas em estudos sobre crescimento econômico (Mankiw; Romer; Weil, 1992; Sala-i-Martin, 1997), bem como nas revisões empíricas discutidas (Próchniak, 2013; Góes, 2016; Acemoglu *et al.*, 2019; Li; Kumbhakar, 2022; Imam; Jalles, 2025). Em geral, esperamos que a formação de capital, o capital humano e a abertura comercial apresentem efeitos positivos sobre o crescimento, enquanto o crescimento populacional tende a exercer efeito negativo, ao passo que o nível inicial de renda está associado à hipótese de convergência condicional, sendo esperado um coeficiente negativo, uma vez que economias inicialmente mais pobres tendem a apresentar maiores taxas de crescimento.

As variáveis do modelo foram calculadas em médias trienais e quinquenais. Essa prática é amplamente adotada na literatura de crescimento econômico para suavizar flutuações de curto prazo e enfatizar determinantes estruturais. Conforme argumenta Islam (1995), intervalos anuais tendem a ser excessivamente curtos para o estudo da convergência econômica, pois choques transitórios e ciclos de

negócios podem exercer influência desproporcional sobre os dados. Além disso, sob a perspectiva econométrica, Caselli, Esquivel e Lefort (1996) destacam que o uso de intervalos mais longos contribui para reduzir problemas de correlação serial nos termos de erro em modelos dinâmicos de painel estimados por GMM.

Essa estratégia é importante por três motivos. Primeiro, alinha-se à teoria institucionalista, que enfatiza o crescimento de longo prazo. Dada a natureza gradual das mudanças institucionais, buscamos captar efeitos médios. Segundo, reduz os riscos de vieses associados à interpolação de variáveis. Terceiro, mitiga os efeitos de flutuações de curto prazo. Adicionalmente, foram realizadas análises de robustez com dados em frequência anual, de modo a verificar a consistência dos resultados frente a diferentes formas de agregação temporal.

2.2 Amostra e descrição das variáveis

A amostra compreende dez países latino-americanos que vivenciaram regimes militares por período superior a dez anos, no período de 1960 a 2018. Conforme Pozo (2009), os países incluídos são: Argentina (1966-1973; 1976-1983), Bolívia (1964-1982), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Honduras (1963-1982), Nicarágua (1966-1979), Panamá (1968-1989), Paraguai (1954-1989), Peru (1968-1980) e Uruguai (1973-1984).

O ano de 1985 foi adotado como marco médio para o término das ditaduras, com o objetivo de padronizar a comparação temporal, reconhecendo o caráter gradual e heterogêneo das transições democráticas na região. Em função da agregação temporal dos dados, esse marco corresponde ao triênio 1982–1984 nas estimativas trienais e ao quinquênio 1981–1985 nas estimativas quinquenais. A variável dependente é a taxa de crescimento do PIB *per capita* (g), medida em dólares constantes de 2010, obtida do Banco Mundial (World Bank, 2023).

Como *proxy* da qualidade das instituições políticas (IP), utilizamos o índice Polity IV (2023), amplamente empregado na literatura por captar dimensões centrais da autoridade política e apresentar ampla cobertura temporal e geográfica. O índice avalia características como competitividade da participação política, abertura no recrutamento do executivo e restrições ao poder do chefe do Executivo. Combina indicadores de democracia e autocracia em uma escala contínua que varia de -10 (fortemente autocrático) a +10 (fortemente democrático), permitindo

a classificação dos regimes em autocracias, anocracias e democracias. Essa estrutura possibilita captar variações institucionais graduais ao longo do tempo, relevantes em contextos de transição política.

Para mensurar a qualidade das instituições econômicas (IE), emprega-se o índice *Economic Freedom of the World* (EFW), elaborado pelo Fraser Institute. O índice é amplamente utilizado na literatura empírica e apresenta vasta cobertura temporal. O EFW avalia cinco dimensões: tamanho do governo; sistema legal e direitos de propriedade; moeda sólida; liberdade de comércio internacional; e regulamentação. Os resultados são categorizados em quartis, com o primeiro indicando o maior nível de liberdade e o último o menor (Lawson; Murphy, 2023).

As variáveis de controle foram obtidas majoritariamente do Banco Mundial, com exceção do capital humano, extraído da *Penn World Table* (versão 9.0). Incluem-se:

1. Convergência ($\ln \text{PIB}_{t-n}$): o logaritmo natural do PIB *per capita* defasado no início de cada período médio, utilizado para testar a hipótese de convergência condicional. Conforme Baumol (1986), países com menor renda inicial tendem a crescer mais rapidamente, resultado corroborado por estudos subsequentes (Mankiw; Romer; Weil, 1992; Barro; Sala-i-Martin, 1992).
2. Formação bruta de capital (FBC): medida como proporção do PIB, representa os investimentos em ativos fixos e a variação líquida de estoques, incluindo infraestrutura, máquinas e equipamentos.
3. Capital humano (CH): índice de capital humano, que incorpora anos de escolaridade e retorno à educação (Feenstra; Inklaar; Timmer, 2015).
4. Comércio de mercadorias (CM): medido como a soma das exportações e importações de bens em proporção do PIB, captando o grau de abertura comercial da economia.
5. Crescimento populacional (Cpop): taxa anual de crescimento da população.

As variáveis de controle são incluídas com o objetivo de isolar determinantes tradicionais do crescimento econômico de longo prazo, permitindo uma identificação mais precisa do efeito das instituições. Em particular, a

formação de capital, o capital humano e a abertura comercial capturam dimensões estruturais da acumulação e da integração econômica, enquanto o crescimento populacional e o nível inicial de renda representam, respectivamente, dinâmicas demográficas e a hipótese de convergência condicional.

Reconhecemos, contudo, a possibilidade de proximidade conceitual entre algumas variáveis de controle e os índices institucionais. Nesse sentido, adotamos uma distinção analítica entre instituições, entendidas como “regras do jogo”, e seus desdobramentos observáveis, representados por canais e resultados econômicos.

Apesar do índice EFW (IE) incorporar dimensões relativas à abertura comercial, ele capta a estrutura de incentivos e as condições institucionais que viabilizam as trocas, enquanto a variável comércio de mercadorias (CM) reflete o fluxo efetivo de transações. De forma semelhante, o índice Polity IV (IP) mede variações graduais na competitividade e autoridade política, ao passo que a *dummy* de regime político (M_t) identifica o tipo de regime em termos agregados.

Assim, embora exista proximidade conceitual, não há sobreposição analítica entre as medidas. A inclusão conjunta dessas variáveis permite distinguir o efeito do ambiente institucional (regra) de seus canais diretos de transmissão (resultados), além de avaliar se o impacto das instituições políticas sobre o crescimento é sensível ao tipo de regime em que estão inseridas.

Portanto, as medidas institucionais refletem aspectos estruturais do ambiente de incentivos, ao passo que as variáveis de controle representam mecanismos específicos por meio dos quais as instituições operam. Segundo Acemoglu e Robinson (2008b), fatores como capital físico, capital humano e tecnologia constituem as causas imediatas do crescimento, enquanto as instituições representam suas causas fundamentais, moldando os incentivos econômicos e a acumulação de fatores ao longo do tempo.

2.3 Procedimentos e processamento dos dados

O banco de dados foi estruturado a partir da agregação temporal das variáveis em médias trienais e quinquenais, conforme a especificação adotada. As variáveis de taxa de crescimento do PIB *per capita* (g), formação bruta de capital (FBC), capital humano (CH), comércio de mercadorias (CM) e crescimento populacional (Cpop) foram agregadas por meio de médias aritméticas em cada

intervalo temporal. Já a variável de convergência foi definida como o logaritmo natural do PIB *per capita* no início de cada período, seguindo a abordagem de Mankiw, Romer e Weil (1992).

As variáveis institucionais foram tratadas de forma distinta. Para as instituições políticas (IP), empregamos uma transformação linear:

$$IP_{50} = IP_{original} + 50$$

Somando 50 unidades a cada observação do índice original (-10 a 10), obtemos uma escala exclusivamente positiva (40 a 60). Esta transformação contribui para a estabilidade do estimador e facilita a interpretação dos efeitos marginais, sem alterar a variância ou as distâncias relativas entre as observações.

Para as instituições econômicas (IE), utilizamos a versão longitudinal do EFW, desenvolvida para análises de séries temporais. Essa versão amplia a cobertura temporal do índice ao combinar informações anuais disponíveis a partir de 2000 com observações quinquenais para o período de 1970 a 1995, além de incorporar extensões para alguns países desde 1950.

Dadas as diferenças de frequência da série, adotamos procedimentos distintos conforme a especificação estimada. Nas estimações quinquenais, utilizamos diretamente os dados originais do índice. Já nas especificações trienais e anuais, os valores ausentes foram preenchidos através de interpolação geométrica baseada na taxa média de crescimento do índice entre dois pontos observados, permitindo a construção de séries compatíveis com essas frequências temporais. A interpolação foi realizada conforme a seguinte expressão:

$$EFW_{t+n} = EFW_t \times \sqrt[n]{\frac{EFW_{t+5}}{EFW_t}}$$

Esse procedimento distribui a variação observada entre dois pontos da série de forma consistente com sua taxa composta de crescimento, preservando a trajetória temporal do índice.

Em termos percentuais, aproximadamente 68% das observações das instituições econômicas no modelo com médias trienais envolvem algum grau de interpolação, concentrada no período anterior a 2000. Nas estimativas com dados anuais, a proporção é de aproximadamente 52,5%. Ainda assim, os resultados mostram-se consistentes entre as diferentes especificações, indicando que esse procedimento não altera de forma substantiva as relações estimadas.

Por fim, reconhecemos que a interpolação fornece aproximações baseadas em valores observados. Sua aplicação neste contexto é justificada pela natureza gradual das mudanças institucionais, amplamente documentada na literatura empírica (por exemplo, Feldmann, 2017).

3. Resultados e discussões

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas considerando a amostra completa e os subperíodos autoritário (1960–1984) e democrático (1985–2018). A taxa média de crescimento do PIB *per capita* é de 1,84%, com elevado desvio-padrão (3,23), refletindo a volatilidade macroeconômica característica da América Latina ao longo do período analisado.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Variável	Obs.	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Taxa de crescimento (%)	190	1,84	3,23	-10,85	8,52
Formação bruta de capital (% PIB)	187	21,77	6,32	11,54	44,00
Capital humano (índice)	190	2,13	0,45	1,30	3,10
Comércio de mercadorias (% PIB)	189	39,16	22,54	9,57	118,77
Crescimento populacional (%)	190	1,86	0,76	-0,43	3,11
Instituições políticas (escala 40-60)	190	52,93	6,71	41	60
Instituições econômicas (escala 0-10)	190	5,95	1,27	2,50	7,99
Subperíodo: 1960 – 1984					
Taxa de crescimento (%)	80	1,72	3,47	-8,22	8,52
Instituições políticas (escala 40-60)	80	47,02	5,60	41	58
Instituições econômicas (escala 0-10)	80	5,26	1,00	2,91	6,95
Subperíodo: 1985 – 2018					
Taxa de crescimento (%)	110	1,92	3,07	-10,85	8,19
Instituições políticas (escala 40-60)	110	57,23	3,32	42	60
Instituições econômicas (escala 0-10)	110	6,45	1,21	2,50	7,99

Nota: as estatísticas são baseadas em médias trienais. O subperíodo 1960–1984 refere-se ao regime autoritário, enquanto 1985–2018 corresponde ao período democrático.

As instituições políticas apresentam média de aproximadamente 53 na amostra agregada, com ampla dispersão (desvio-padrão = 6,71), indicando uma heterogeneidade institucional entre países e ao longo do tempo. No subperíodo autoritário, predominam valores mais baixos (média = 47), ao passo que, após 1985, observa-se uma elevação substancial do índice (média = 57), consistente com os processos de redemocratização na região. As instituições econômicas apresentam média de 5,95, com aumento relevante entre os subperíodos (5,26 para 6,45), sugerindo mudanças relevantes no ambiente econômico e maior grau de liberalização ao longo do tempo.

Em termos de desempenho econômico, observa-se uma diferença moderada entre os períodos, com crescimento médio ligeiramente superior no regime democrático (1,92%) em comparação ao período autoritário (1,72%), ainda que ambos apresentem elevada volatilidade.

Em conjunto, os dados indicam diferenças sistemáticas entre os períodos autoritário e democrático, tanto na qualidade institucional quanto, em menor medida, no desempenho econômico. Essas evidências descritivas fornecem a motivação inicial para a análise econométrica subsequente, que avalia formalmente tais relações através do estimador *System-GMM*.

3.1 Resultados do estimador *System-GMM*

A Tabela 2 apresenta os resultados das estimativas utilizando médias trienais, tratando instituições políticas e econômicas como variáveis endógenas, dada a potencial causalidade reversa com o crescimento econômico. As variáveis de controle são tratadas como exógenas ou pré-determinadas. Empregamos o segundo *lag* (defasagem) como instrumento GMM, privilegiando uma especificação parcimoniosa voltada a assegurar a exogeneidade dos instrumentos e evitar sua proliferação excessiva, particularmente relevante em amostras com pequeno número de países.

Os testes indicam que a especificação do modelo é adequada: o teste de Sargan não rejeita a hipótese nula de validade conjunta dos instrumentos em nenhuma das especificações, ao passo que o teste de Arellano-Bond (AR) confirma a ausência de autocorrelação de segunda ordem.

O teste de Hansen apresenta p-valores iguais a 1.000 em todas as especificações, sugerindo perda de poder informativo em contextos com elevado número de instrumentos em relação ao número de grupos (Bowsher, 2002; Roodman, 2009). A matriz de instrumentos colapsada também foi testada, porém, devido à redução dos graus de liberdade, os testes de sobreidentificação não puderam ser computados.

Nesses casos, a avaliação da especificação deve considerar conjuntamente os demais testes de diagnóstico (Sargan e AR(2)), a parcimônia instrumental adotada e a estabilidade dos resultados entre diferentes especificações. Essa estratégia é adotada na literatura empírica recente, em que existem situações semelhantes em modelos *System-GMM* com pequeno número de grupos e elevado número de instrumentos (Caporale; Sova; Sova, 2020; Iuga; Socol, 2023; Bishnoi; Vashistha; Shekhawat, 2025).

Por fim, *dummies* de tempo são incluídas em todas as estimações, embora seus coeficientes não sejam reportados, a fim de preservar a clareza da exposição.

Tabela 2 – Resultados do estimador *System-GMM* com médias trienais, tratando como variáveis endógenas (IP e IE)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln PIB_{t-3}$	0,001 (0,005)	0,000 (0,005)
FBC	0,084*** (0,031)	0,090** (0,044)
CH	-0,005 (0,011)	-0,004 (0,011)
CM	-0,030** (0,014)	-0,028** (0,012)
Cpop	0,000 (0,003)	-0,001 (0,002)
IP (Democrático)	-0,001 (0,001)	0,001 (0,005)
IP (Militar)	0,000 (0,002)	0,005 (0,006)
IE (Democrático)	0,014** (0,007)	0,032 (0,049)
IE (Militar)	-0,005 (0,008)	0,045 (0,055)
IP × IE (Democrático)	-	-0,000 (0,001)

IP ×	-	0,001
IE (Militar)		(0,001)
Constante	-0,005 (0,086)	-0,309 (0,281)
Efeito Marginal Médio		
IP (Total)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
IP (Democrático)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
IP (Militar)	-0,000 (0,001)	-0,002** (0,001)
IE (Total)	0,012** (0,005)	0,011** (0,005)
IE (Democrático)	0,014** (0,007)	0,014** (0,007)
IE (Militar)	0,009* (0,006)	-0,002 (0,008)
Nº de observações	186	186
Lag dos instrumentos	2	2
Nº de instrumentos	92	92
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	52,80 p = 0,840	50,92 p = 0,841
Teste AR (1)	-2,65 p = 0,008	-2,51 p = 0,012
Teste AR (2)	-0,40 p = 0,691	-0,16 p = 0,876

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.

Erros-padrão robustos entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

No que se refere aos determinantes tradicionais do crescimento econômico, a formação bruta de capital apresenta efeito positivo e estatisticamente significativo, corroborando o papel central do investimento na expansão do PIB *per capita*. As demais variáveis, convergência de renda, capital humano e crescimento populacional, não se mostram estatisticamente relevantes nas especificações estimadas.

O comércio de mercadorias apresenta coeficiente negativo e estatisticamente significativo em ambos os modelos. Esse resultado sugere que a maior abertura comercial, por si só, não se traduz necessariamente em crescimento

econômico mais elevado. A análise descritiva da amostra indica que, em média, as importações superaram as exportações, o que implica aumento do volume de comércio, mas sem garantias de maior crescimento do valor agregado doméstico, pois isso depende de como as importações são aproveitadas no processo produtivo. Evidência semelhante é reportada por Afzal, Ahmed e Shahzad (2019), que associam déficits comerciais persistentes a impactos negativos sobre o crescimento quando as importações não são eficientemente convertidas em ganhos produtivos.

A interpretação das variáveis institucionais está baseada nos efeitos marginais médios. Considerando todo o período, o efeito total das instituições econômicas é positivo e significativo ao nível de 5%, enquanto o efeito das instituições políticas é negativo e não significativo. Esse padrão se mantém quando incorporamos os termos de interação entre instituições políticas e econômicas.

Durante o regime militar, o efeito das instituições políticas é negativo e estatisticamente significativo ao nível de 5% no modelo com interação, indicando que melhorias marginais nesse indicador estiveram associadas a reduções na taxa de crescimento do PIB *per capita*. Esse resultado pode ser interpretado à luz do processo de enfraquecimento gradual dos regimes autoritários no início da década de 1980, pois, embora instituições políticas autocráticas tenham sido predominantes entre 1960 e 1985, houve flexibilizações, especialmente ao final desse período.

Segundo Richards (1985), sinais de fragilidade tornaram-se evidentes no período, como a transição negociada no Uruguai no final de 1984 e o processo de abertura política no Brasil, culminando na eleição de Tancredo Neves em 1985. Outros países da região também compartilharam características semelhantes, especialmente no recurso a eleições indiretas durante as transições políticas.

Essas melhorias institucionais parciais podem ser compreendidas como um afrouxamento do controle autoritário. Os resultados sugerem, contudo, que o processo de transição envolveu custos econômicos de curto prazo, refletidos em menores taxas de crescimento do PIB. Nossa interpretação é que aberturas políticas incipientes em regimes militares funcionam como mudanças disruptivas: ao sinalizarem fragilidade do poder autoritário, intensificam conflitos distributivos e elevam a incerteza institucional, podendo reduzir o desempenho econômico no curto prazo. Esse padrão é consistente com Przeworski *et al.* (2000), segundo os

quais os custos econômicos da transição tendem a ser temporários, concentrando-se sobretudo nas fases iniciais de liberalização política.

Apesar disso, os resultados indicam que, mesmo sob regimes autoritários, as instituições econômicas desempenharam um papel relevante. No modelo sem interação, seu efeito é positivo e estatisticamente significativo ao nível de 10%. Essa evidência converge com Acemoglu e Robinson (2012), segundo os quais o crescimento econômico pode ocorrer em contextos politicamente extrativos, quando existem instituições econômicas parcialmente inclusivas capazes de canalizar recursos para atividades produtivas.

Esse resultado contribui para compreender experiências como a do Brasil durante o “milagre econômico” (1968-1973), período em que, apesar do caráter autoritário do regime, algumas instituições econômicas mantiveram relativa autonomia, viabilizando políticas de expansão. Todavia, a ausência de mecanismos políticos de controle e participação limitou a sustentabilidade do crescimento, resultando em ciclos de expansão seguidos por estagnação e crise.

No período democrático (1986-2018), as instituições políticas não apresentam significância estatística. Em contraste, as instituições econômicas exibem um efeito positivo e estatisticamente robusto sobre o crescimento, com coeficientes em torno de 1,4 ponto percentual (p.p.), significativos ao nível de 5%. A interpretação direta desse valor, contudo, deve ser feita com cautela, pois o índice sintetiza dimensões heterogêneas que dificultam a atribuição de causalidade a componentes específicos. Assim, o contraste relativo é mais informativo: o efeito estimado sob democracia é aproximadamente 50% superior ao observado no período autoritário (0,9 p.p.), sugerindo que os benefícios das instituições econômicas tendem a ser potencializados em contextos democráticos.

As interações entre instituições políticas e econômicas não são significativas em ambos os regimes, indicando que a complementaridade direta não constitui o principal mecanismo explicativo da amostra. Ainda assim, os resultados oferecem evidência favorável à hipótese central do artigo: as instituições econômicas atuam como o principal motor do crescimento na América Latina, e seu impacto é ampliado em ambientes democráticos. A democracia, portanto, não substitui reformas econômicas, mas cria um arcabouço institucional mais estável e previsível, capaz de ampliar sua eficácia ao longo do tempo.

Em contrapartida, aberturas políticas parciais em regimes autocráticos tendem a gerar custos de transição que frequentemente superam seus benefícios imediatos. Em última instância, o desenvolvimento econômico sustentado requer instituições políticas capazes de impor freios ao poder e limitar sua captura por elites que, na ausência desses mecanismos, tendem a preservar privilégios em detrimento do crescimento inclusivo.

A Tabela 3 apresenta os resultados das estimativas com médias quinquenais, mantendo instituições políticas e econômicas como variáveis endógenas. Utilizamos a segunda defasagem como instrumento GMM. O teste de Sargan e o teste AR validam os instrumentos e a especificação.

Tabela 3 – Resultados do estimador *System-GMM* com médias quinquenais, tratando como variáveis endógenas (IP e IE)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln PIB_{t-5}$	-0,007 (0,006)	-0,007 (0,006)
FBC	0,106** (0,053)	0,122* (0,064)
CH	0,004 (0,014)	0,007 (0,015)
CM	-0,032** (0,014)	-0,025* (0,014)
Cpop	-0,003 (0,004)	-0,006 (0,006)
IP (Democrático)	-0,000 (0,001)	0,006 (0,004)
IP (Militar)	-0,003 (0,004)	-0,003 (0,008)
IE (Democrático)	0,015** (0,007)	0,075** (0,032)
IE (Militar)	-0,016* (0,010)	-0,018 (0,075)
IP × IE (Democrático)	-	-0,001* (0,001)
IP × IE (Militar)	-	-0,000 (0,002)
Constante	0,221 (0,226)	-0,029 (0,307)
Efeito Marginal Médio		
IP (Total)	-0,001 (0,001)	-0,002 (0,002)
IP (Democrático)	-0,000	-0,001

	(0,001)	(0,001)
IP (Militar)	-0,003 (0,003)	-0,005 (0,005)
IE (Total)	0,009 (0,005)	0,005 (0,007)
IE (Democrático)	0,015** (0,007)	0,016** (0,006)
IE (Militar)	-0,001 (0,008)	-0,010 (0,017)
Nº de observações	119	119
Lag dos instrumentos	2	2
Nº de instrumentos	57	57
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	24,01 p = 0,937	18,36 p = 0,987
Teste AR (1)	-2,25 p = 0,024	-2,36 p = 0,018
Teste AR (2)	1,59 p = 0,113	1,59 p = 0,111

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.

Erros-padrão robustos entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Os resultados das variáveis de controle permanecem semelhantes aos obtidos com médias trienais. Ressaltamos que o sinal negativo do comércio de mercadorias não invalida a premissa de que a abertura econômica pode favorecer o crescimento. Ao contrário, o resultado sugere que os benefícios da integração externa dependem da qualidade institucional que organiza os incentivos econômicos e viabiliza a transformação dos fluxos comerciais em crescimento sustentado.

As instituições políticas continuam sem significância estatística. Por outro lado, as instituições econômicas perdem significância no período militar, sugerindo que a liberdade econômica tende a produzir efeitos mais consistentes quando acompanhada de um ambiente democrático relativamente estável. Esses resultados são compatíveis com a interpretação de que ganhos econômicos sob regimes autoritários podem ocorrer, mas tendem a depender de condições institucionais mais restritas e menos duradouras.

Em contraste, no período democrático as estimativas indicam associação positiva e estatisticamente robusta, com coeficientes em torno de 1,6 p.p., ligeiramente superiores aos obtidos nas médias trienais (1,4 p.p.). As evidências sugerem que o impacto das instituições econômicas não apenas persiste, mas se intensifica em horizontes temporais mais longos, reforçando a distinção entre ganhos econômicos de curto prazo observados sob regimes autoritários e padrões de crescimento mais sustentados em contextos democráticos.

Em conjunto, os resultados apontam para diferenças estruturais na forma como as instituições econômicas influenciam o crescimento do PIB *per capita* ao longo dos subperíodos analisados, reforçando a interpretação de que instituições econômicas inclusivas tendem a produzir efeitos mais duradouros quando inseridas em ambientes políticos relativamente estáveis.

3.2 Análise de robustez

A análise de robustez é estruturada em três etapas. Primeiro, assumimos a endogeneidade adicional para capital humano e comércio de mercadorias, submetendo o modelo a uma especificação mais restritiva. Segundo, avaliamos a persistência e a sensibilidade das instituições políticas através de defasagens adicionais nos instrumentos GMM e da substituição do Polity IV por uma medida alternativa. Terceiro, estimamos as especificações com dados anuais e realizamos testes adicionais de desbalanceamento temporal, para verificar a estabilidade dos resultados frente às flutuações de curto prazo e às diferenças de duração entre os subperíodos analisados.

Em todas as estimativas, o teste de Sargan não rejeita a hipótese nula de validade conjunta dos instrumentos ao nível de 10%, enquanto o teste de Arellano-Bond confirma a ausência de autocorrelação de segunda ordem nas especificações adotadas.

3.2.1 Capital humano e comércio de mercadorias como variáveis endógenas

As estimativas que adicionam capital humano e comércio de mercadorias ao conjunto de variáveis endógenas preservam os principais resultados das especificações-base. Os resultados completos encontram-se nas Tabelas A.1 (médias trienais) e A.2 (médias quinquenais) do Apêndice A.

Os coeficientes das variáveis de controle mantêm comportamento semelhante ao anteriormente observado. Uma diferença relevante ocorre no crescimento populacional, que apresenta sinal negativo e significativo ao nível de 10% no modelo com interação, sugerindo que pressões demográficas podem atuar como fator limitante do crescimento do PIB *per capita*.

Para as instituições políticas, o efeito negativo no período ditatorial permanece estatisticamente significativo, reforçando a interpretação anteriormente discutida de que processos graduais de liberalização política sob regimes militares estiveram associados a custos econômicos temporários durante a transição. Para as instituições econômicas, os resultados reafirmam um efeito positivo, robusto e altamente significativo no período democrático, ao nível de 1%. As magnitudes observadas sugerem elevada estabilidade dos coeficientes institucionais.

Nas estimativas com médias quinquenais, as instituições políticas continuam sem apresentar significância estatística, enquanto as instituições econômicas mantêm o impacto positivo e estatisticamente significativo no período democrático. A diferença de magnitude entre os resultados trienais (1,5 p.p.) e quinquenais (1,7 p.p.) sugere que esses efeitos apresentam caráter cumulativo e persistente no longo prazo, especialmente em ambientes democráticos relativamente estáveis, nos quais a previsibilidade institucional e o respeito às regras formais reduzem a incerteza e estimulam o investimento produtivo.

Em conjunto, as evidências indicam que a incorporação de fontes adicionais de endogeneidade não modifica substantivamente a interpretação central do artigo. As instituições econômicas permanecem como a principal dimensão institucional associada ao crescimento nos períodos democráticos, enquanto os efeitos das instituições políticas continuam frágeis e sensíveis ao contexto político.

Os resultados são consistentes com a literatura institucionalista, reforçando a interpretação de que instituições inclusivas, como a proteção dos direitos de propriedade, o cumprimento de contratos e a ampliação da participação econômica, favorecem trajetórias mais sustentadas de crescimento econômico.

3.2.2 Persistência e sensibilidade das instituições políticas

Para avaliar a sensibilidade dos resultados à persistência institucional, estimamos especificações utilizando defasagens mais longas (terceira e quarta)

para os instrumentos GMM. Os resultados completos estão disponíveis nas Tabelas A.3 (médias trienais) e A.4 (médias quinquenais) do Apêndice A.

Os resultados trienais indicam evidências favoráveis à convergência condicional. O coeficiente negativo e estatisticamente significativo do nível inicial do PIB *per capita* sugere que economias relativamente menos desenvolvidas cresceram mais rapidamente ao longo do período analisado. Os demais controles mantêm resultados semelhantes aos observados anteriormente.

No modelo sem interação, observa-se que o efeito total das instituições políticas se torna positivo e estatisticamente significativo ao nível de 1%. Embora o coeficiente estimado seja relativamente pequeno em termos marginais, um aumento de um desvio-padrão no índice Polity IV, aproximadamente sete pontos, eleva a taxa de crescimento do PIB *per capita* em cerca de 0,7 p.p., mantidas constantes as demais variáveis.

Os efeitos associados à dimensão política tornam-se mais nítidos em contextos democráticos. As estimativas indicam incrementos médios da ordem de 0,3 p.p. na taxa de crescimento do PIB *per capita*, embora o resultado se mostre sensível à especificação econométrica, emergindo apenas em defasagens mais longas dos instrumentos. Já no período autoritário não se identificam efeitos estatisticamente relevantes, reforçando a assimetria entre os regimes.

Esse padrão sugere que os efeitos econômicos das instituições políticas tendem a emergir de forma gradual e cumulativa, tornando-se mais visíveis em horizontes temporais mais longos e em ambientes democráticos mais estáveis. A interpretação é consistente com Acemoglu e Robinson (2008a), segundo os quais mudanças na distribuição do poder político podem alterar as regras do jogo e influenciar, ainda que gradualmente, a trajetória de desenvolvimento econômico.

Essa interpretação deve ser considerada à luz da própria natureza do índice Polity IV, que agrega múltiplas dimensões da autoridade política. Assim, a interpretação substantiva central não reside na magnitude pontual dos coeficientes, mas no padrão consistente dos sinais estimados entre as especificações. As instituições políticas contribuem positivamente para o crescimento apenas quando sustentadas por arranjos democráticos relativamente consolidados. Isso indica que o tipo de regime é relevante para que as liberdades políticas se traduzam em ganhos econômicos. Contudo, o fator determinante parece residir na qualidade das instituições que sustentam o próprio regime político.

As instituições econômicas permanecem robustas e estatisticamente significativas nos períodos democráticos, com impactos próximos de 1,9 p.p. no modelo com interação. O resultado reforça a interpretação de que instituições políticas mais inclusivas criam condições favoráveis para o funcionamento das instituições econômicas, contribuindo para trajetórias mais sustentadas de crescimento econômico.

Nas estimativas com médias quinquenais e instrumentos mais defasados, as evidências reforçam o papel central das instituições econômicas no período democrático. Por outro lado, as instituições políticas perdem significância estatística, evidenciando a sensibilidade dos efeitos e a dificuldade de identificá-los empiricamente. Nos períodos autoritários, por sua vez, não se observam relações estatisticamente significativas.

Assim, os resultados indicam que os efeitos das instituições políticas são frágeis, tardios e sensíveis às especificações econométricas, tornando-se detectáveis apenas com defasagens estendidas. Conforme argumentam Hagopian (1993) e Munck e Leff (1997), esse padrão é compatível com o legado histórico de transições pactuadas na América Latina, marcadas por regras híbridas que preservaram elementos do autoritarismo sob arranjos democráticos formais.

Além disso, a dificuldade de identificação empírica desses efeitos é reconhecida na literatura. Flachaire, García-Peñalosa e Konte (2014) destacam que, embora as instituições políticas definam o tipo de regime, seus impactos diretos sobre o crescimento tendem a ser difusos, especialmente em amostras heterogêneas.

Uma possível explicação é que parte desses efeitos não se manifesta de forma direta, mas por meio de mecanismos institucionais mais amplos. Assim, abordagens metodológicas alternativas, como modelos espaciais, sugerem que as instituições políticas podem operar por meio de *spillovers* (efeitos de transbordamento). A consolidação democrática em economias vizinhas contribui para a formação de um ambiente regional mais estável e previsível, favorecendo as relações econômicas e o crescimento agregado (Almeida *et al.*, 2024).

Portanto, a ausência de efeitos diretos robustos não implica a irrelevância das instituições políticas. A robustez dos resultados reforça que o impacto da democracia não deve ser medido apenas por efeitos imediatos sobre o PIB, mas

pela sua capacidade de proporcionar o ambiente institucional em que o desenvolvimento sustentado se torna possível.

Adicionalmente, estimamos especificações alternativas substituindo o índice Polity IV pelo índice de Democracia Eleitoral do projeto Variedades da Democracia (V-DEM, 2026), com o objetivo de avaliar a sensibilidade dos resultados à *proxy* utilizada para instituições políticas. Os resultados completos podem ser consultados nas Tabelas A.5 (médias trienais) e A.6 (médias quinquenais) do Apêndice A.

Para as instituições políticas, os resultados são qualitativamente semelhantes. O efeito total permanece estatisticamente insignificante, porém, no modelo com interação, o efeito marginal durante o período militar é negativo e significativo. Como discutido anteriormente, o resultado sugere que processos graduais de liberalização política em regimes militares estiveram associados a reduções temporárias no crescimento econômico. Para as instituições econômicas, o efeito permanece positivo e significativo, sobretudo no subperíodo democrático, onde apresenta maior magnitude.

Nas estimativas com médias quinquenais, os efeitos das instituições políticas e econômicas permanecem robustos, corroborando as discussões anteriores. Assim, o resultado sinaliza que a associação negativa entre liberalização política parcial e crescimento econômico em contextos autoritários não constitui um subproduto da medida institucional utilizada, mas um padrão recorrente da amostra analisada.

Da mesma forma, a fragilidade estatística das instituições políticas não parece decorrer da escolha específica do índice Polity IV, mas refletir uma característica persistente das dinâmicas institucionais observadas na região.

Em conjunto, os exercícios de robustez indicam que os efeitos das instituições políticas permanecem sensíveis à especificação econométrica, mas não à medida utilizada para sua mensuração. Embora sua influência sobre o crescimento econômico se revele menos robusta do que a observada para as instituições econômicas, os resultados sugerem que seu papel está associado a processos graduais de transformação institucional e à consolidação de ambientes democráticos mais estáveis.

3.2.3 Frequência temporal e desbalanceamento amostral

Como etapa final da análise de robustez, utilizamos dados anuais para avaliar a estabilidade dos resultados frente às flutuações de curto prazo, caracterizadas por maior volatilidade macroeconômica e menor persistência institucional observável. A terceira defasagem foi empregada como instrumento GMM por representar a menor ordem de defasagem que não rejeita a hipótese nula de ausência de autocorrelação serial dos resíduos.

Os resultados completos podem ser consultados no Apêndice A. Na Tabela A.7, instituições políticas, instituições econômicas e a convergência de renda são tratadas como variáveis endógenas e na Tabela A.8, esse conjunto é ampliado para incluir o capital humano.

As estimativas indicam que apenas as instituições econômicas exibem efeitos estatisticamente significativos, sendo a magnitude de 1,3 p.p. no período democrático. O resultado confirma a consistência desse impacto, mesmo diante da maior volatilidade inerente aos dados anuais. No período militar, por outro lado, não se observam efeitos estatisticamente significativos das instituições econômicas, reforçando a interpretação de que seus efeitos tendem a ser mais robustos em ambientes democráticos.

Ao incluir capital humano como variável endógena, os resultados permanecem consistentes. No período democrático, o efeito das instituições econômicas mantém-se na mesma magnitude (1,3 p.p.) e estatisticamente significativo ao nível de 1%, sugerindo que o resultado é robusto à incorporação de fontes adicionais de endogeneidade. Sob regimes autoritários, identifica-se um efeito marginal positivo de 0,6 p.p. e significativo ao nível de 10%.

Como exercício adicional de robustez, avaliamos se o desbalanceamento temporal entre os subperíodos, aproximadamente 25 anos sob regimes autoritários e 32 anos sob democracias, poderia influenciar a magnitude dos coeficientes estimados. Assim, os modelos principais são reestimados restringindo o período democrático, de modo a torná-lo comparável ao autoritário.

Os resultados confirmam as conclusões principais. No modelo com médias trienais, restrito até 2011, o impacto das instituições econômicas continua positivo e estatisticamente significativo, variando entre 1,4 p.p. e 1,5 p.p. No modelo com médias quinquenais, limitado até 2010, o efeito é ainda mais elevado, alcançando

1,8 p.p., sendo significativo ao nível de 5%. Assim, as evidências indicam que o papel das instituições econômicas no crescimento se mantém robusto nos períodos democráticos, sugerindo que os resultados não decorrem do desbalanceamento temporal entre os subperíodos.

Em conjunto, os testes de robustez são consistentes com a hipótese central do artigo: instituições econômicas inclusivas apresentam efeitos mais consistentes e persistentes sobre o crescimento econômico, sobretudo em contextos democráticos. As instituições políticas, por sua vez, exibem impactos mais sensíveis às especificações, padrão compatível com a heterogeneidade institucional e o legado histórico das transições políticas na América Latina.

Ademais, os resultados permanecem alinhados à literatura da Nova Economia Institucional e coerentes com evidências internacionais recentes (Góes, 2016; Acemoglu *et al.*, 2019; Li; Kumbhakar, 2022; Beyene, 2024; Imam; Jalles, 2025; Aparicio-Pérez *et al.*, 2025). O diferencial deste estudo reside no foco regional sobre a América Latina, ao analisar conjuntamente a experiência autoritária e a trajetória de consolidação democrática da região, permitindo explorar a evolução das instituições em um horizonte temporal mais amplo e em um contexto historicamente marcado por instabilidade política e econômica.

4. Implicações institucionais dos resultados

Esta seção articula as evidências empíricas obtidas, a literatura institucionalista e a trajetória histórica da América Latina. Os resultados sugerem que, sob regimes militares, melhorias das instituições políticas estiveram associadas a reduções no crescimento durante os períodos de transição, enquanto as instituições econômicas atuaram como o principal motor de ganhos de curto prazo. Esse padrão é consistente com a dependência de trajetória enfatizada por North (1990) e com os círculos viciosos descritos por Acemoglu e Robinson (2012), nos quais instituições extrativas tendem a se reproduzir e dificultar mudanças inclusivas mais profundas.

Nessa perspectiva, sustentamos que as ditaduras latino-americanas contribuíram para a consolidação de estruturas institucionais que favoreceram elites políticas e econômicas, criando mecanismos de *lock-in* que dificultaram a transição para arranjos mais inclusivos. A persistência dos regimes militares entre

1960 e 1985 ilustra essa dinâmica institucional, caracterizada pela restrição à participação política e pela concentração do poder.

A fragilidade dos efeitos das instituições políticas encontrada nas estimações também pode ser interpretada à luz da trajetória histórica latino-americana, marcada pela recorrência de regimes autoritários e por processos de liberalização frequentemente graduais e pactuados. Conforme argumentam Lehoucq e Pérez-Liñán (2014), quando esses regimes se tornaram insustentáveis, as elites recorreram a eleições controladas e acordos de transição que modificaram apenas parcialmente as regras do jogo.

Essa dinâmica ilustra que os regimes autoritários carregam contradições internas que pressionam por mudanças institucionais. Contudo, como alertam Acemoglu e Robinson (2012), alterações nas regras formais não implicam, necessariamente, avanços inclusivos. Os grupos vencedores do jogo político tendem a remodelar as instituições de modo a preservar privilégios, perpetuando desigualdades sob novos arranjos políticos.

Nesse sentido, Pérez-Liñán e Polga-Hecimovich (2017) observam que, embora os golpes militares tenham diminuído significativamente após a década de 1990, persistem desafios importantes à governabilidade latino-americana. Os autores sintetizam esse cenário ao afirmar que “a instabilidade atual na América Latina é definida por regimes estáveis liderados por presidentes instáveis” (2017, p. 2).

Essa interpretação sugere que a consolidação formal da democracia não foi suficiente para eliminar os mecanismos de instabilidade política herdados do passado, o que ajuda a compreender por que os efeitos das instituições políticas permanecem relativamente modestos e sensíveis às diferentes especificações empíricas.

Assim, as evidências empíricas obtidas reforçam o papel fundamental das instituições para o crescimento sustentado de longo prazo. Conceição (2002) argumenta que o processo de desenvolvimento econômico resulta de disputas, conflitos e incertezas políticas e econômicas, que moldam o ritmo e a direção das mudanças institucionais. Em consonância, nossos resultados indicam que instituições econômicas inclusivas tendem a produzir efeitos mais diretos e consistentes sobre o crescimento em ambientes democráticos, enquanto os

impactos das instituições políticas dependem de processos mais graduais de transformação e consolidação institucional.

Portanto, embora o regime político seja relevante, é a qualidade das instituições, especialmente sua previsibilidade e natureza inclusiva, que molda a trajetória de crescimento e a resiliência das democracias latino-americanas. Os resultados sugerem que ganhos econômicos podem ocorrer sob autoritarismo. Entretanto, esses efeitos tendem a apresentar menor persistência ao longo do tempo. O crescimento sustentado, por sua vez, depende da complementaridade entre instituições econômicas inclusivas e arranjos políticos capazes de garantir estabilidade e controle do poder ao longo do tempo.

5. Considerações finais

Este artigo contribui para a literatura sobre instituições, regimes políticos e crescimento econômico na América Latina ao examinar como diferentes regimes políticos condicionam os efeitos das instituições políticas e econômicas sobre o crescimento. Para isso, articulamos a abordagem da Nova Economia Institucional com contribuições da Ciência Política, explorando a interação entre instituições e regimes políticos para compreender as trajetórias de crescimento ao longo do tempo.

Neste estudo, buscamos preencher duas lacunas relevantes da literatura empírica. Primeiro, adotamos um critério teórico explícito para a escolha da amostra e do horizonte temporal, analisando a trajetória histórica dos regimes autoritários e das transições democráticas na América Latina entre 1960 e 2018. Segundo, ampliamos uma agenda empírica predominantemente concentrada em países africanos e asiáticos, oferecendo evidências sistemáticas para o contexto latino-americano.

A aplicação do *System-GMM* indica que as instituições econômicas exercem impacto positivo sobre o crescimento mesmo em contextos autoritários, embora esse efeito se mostre mais intenso sob regimes democráticos. Em contraste, os efeitos das instituições políticas revelam-se mais sensíveis ao contexto institucional: melhorias durante ditaduras tendem a reduzir o crescimento no curto prazo. Em democracias, por outro lado, seus efeitos positivos manifestam-se de forma gradual e em horizontes temporais mais longos.

Essas descobertas reforçam pressupostos centrais da NEI. Em particular, direitos de propriedade bem definidos, regulação eficiente e previsibilidade institucional atuam como motores diretos do crescimento econômico, inclusive sob regimes autoritários. Contudo, mudanças políticas mais profundas enfrentam barreiras relacionadas à dependência de trajetória, uma vez que ditaduras prolongadas tendem a gerar *lock-ins* institucionais que limitam a efetividade dos processos de transição.

Conforme argumentam Acemoglu e Robinson (2012), mesmo quando ocorrem mudanças formais de regime, grupos dominantes tendem a reconfigurar as instituições de modo a preservar privilégios, restringindo a consolidação de arranjos mais inclusivos. Nesse contexto, as evidências empíricas sugerem que o crescimento sustentado depende não apenas de instituições econômicas eficientes, mas da complementaridade entre inclusão política, estabilidade institucional e previsibilidade econômica.

Assim, a articulação entre a Nova Economia Institucional e a Ciência Política permitiu compreender não apenas os efeitos das instituições sobre o crescimento econômico, mas também os mecanismos históricos e políticos que condicionam sua persistência, transformação e capacidade de promover o desenvolvimento sustentado.

Dessa forma, um *insight* essencial para o desenho de políticas e reformas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico da América Latina é a necessidade de considerar as trajetórias históricas e as especificidades de cada país. Não existe um modelo institucional universalmente aplicável. A eficácia das instituições depende de sua compatibilidade com o contexto histórico, social e político em que são implementadas.

Conforme North (1991), a adaptabilidade institucional constitui uma condição fundamental para a sustentação do crescimento de longo prazo. Isso sugere que a simples transposição de instituições bem-sucedidas para outros contextos tende a produzir resultados limitados ou mesmo disfuncionais.

Entre as limitações do estudo, destacamos que os índices utilizados para mensurar aspectos da qualidade institucional, embora amplamente empregados na literatura, podem ocultar mecanismos causais específicos, particularmente no caso das instituições políticas. Ainda assim, tais medidas constituem referências consolidadas em estudos internacionais, favorecendo a comparabilidade dos

resultados e o diálogo com a literatura existente. Adicionalmente, o reduzido número de unidades transversais, decorrente do próprio desenho da pesquisa e da disponibilidade dos dados, impõe restrições à aplicação do *System-GMM*, especialmente em relação à proliferação de instrumentos e ao poder informativo dos testes de sobreidentificação.

Essas limitações foram consideradas na estratégia de estimação e nos exercícios de robustez apresentados. Assim, os resultados devem ser interpretados no contexto específico da amostra e do período analisados, não sendo objetivo do estudo produzir uma generalização irrestrita para outros países, períodos ou contextos institucionais.

Por fim, a compreensão dos mecanismos de transmissão das instituições políticas, o aprofundamento das relações de complementaridade entre instituições políticas e econômicas e a utilização de estratégias empíricas alternativas constituem agendas promissoras para pesquisas futuras.

Referências

ACEMOGLU, D.; NAIDU, S.; RESTREPO, P.; ROBINSON, J. Democracy Does Cause Growth. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 127, n. 1, p. 48-100, 2019.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. Persistence of Power, Elites, and Institutions. *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 98, n. 1, p. 267-293, 2008a.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *The role of institutions in growth and development*. Washington, DC: Commission on Growth and Development, 2008b. (Working Paper, n. 10). Disponível em: <https://doi.org/10.1596/28045>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012.

AFZAL, M.; AHMED, S. S.; SHAHZAD, M. W. Impact of Merchandize and Services Trade on Economic Growth of Pakistan. *Journal of Contemporary Research in Business, Economics and Finance*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 30-36, 2019.

ALMEIDA, S. J.; ESPERIDIÃO, F.; PORSSE, A. A.; MOURA, F. R. O efeito das instituições no crescimento econômico: uma análise em painel espacial com ênfase na América Latina e Caribe de 1975-2018. In: ENCONTRO DE

- ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 27., 2024, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: ANPEC, 2024. p. 1-20.
- APARICIO-PÉREZ, D.; BALAGUER-COLL, M. T.; PEIRÓ-PALOMINO, J.; TORTOSA-AUSINA, E. On the relative contributions of national and regional institutions to economic development. *Journal of Regional Science*, Hoboken, v. 65, n. 4, p. 1118-1136, 2025. DOI: 10.1111/jors.12776.
- ARELLANO, M.; BOND, S. Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations. *Review of Economic Studies*, [s. l.], v. 58, n. 2, p. 277-297, 1991.
- BARRO, R.; SALA-I-MARTIN, X. Convergence. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 100, n. 2, p. 223-251, 1992.
- BAUMOL, W. J. Productivity growth, convergence and welfare: what the long-run data show. *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 76, p. 1072-1085, 1986.
- BEYENE, A. B. Governance quality and economic growth in Sub-Saharan Africa: the dynamic panel model. *Journal of Economic and Administrative Sciences*, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 404-418, 2024.
- BISHNOI, C. R.; VASHISTHA, A.; SHEKHAWAT, S. Does military expenditure hinder economic growth? Evidence from major countries of the world. *Thailand and The World Economy*, [s. l.], v. 43, n. 3, p. 19-41, 2025.
- BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, Amsterdam, v. 87, n. 1, p. 115-143, 1998.
- BOND, S. R. Dynamic panel data models: a guide to micro data methods and practice. *Portuguese Economic Journal*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 141-162, 2002.
- BOND, S. R.; BOWSHER, C.; WINDMEIJER, F. Criterion-based inference for GMM in autoregressive panel data models. *Economics Letters*, [s. l.], v. 73, n. 3, p. 379-388, 2001.
- BOWSHER, C. G. On testing overidentifying restrictions in dynamic panel data models. *Economics Letters*, [s. l.], v. 77, n. 2, p. 211-220, 2002. DOI: 10.1016/S0165-1765(02)00130-1.

CAPORALE, G. M.; SOVA, A. D.; SOVA, R. *The direct and indirect effects of financial development on international trade: evidence from the CEEC-6*. Munich: CESifo, 2020. (CESifo Working Paper, n. 8585).

CASELLI, F.; ESQUIVEL, G.; LEFORT, F. Reopening the Convergence Debate: A New Look at Cross-Country Growth Empirics. *Journal of Economic Growth*, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 363-389, 1996.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002.

FEENSTRA, R. C.; INKLAAR, R.; TIMMER, M. P. *Penn World Table, version 9.0*. Groningen: Groningen Growth and Development Centre, University of Groningen, 2015. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

FELDMANN, H. Economic freedom and human capital investment. *Journal of Institutional Economics*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 421-445, 2017.

FLACHAIRE, E.; GARCÍA-PEÑALOSA, C.; KONTE, M. Political versus economic institutions in the growth process. *Journal of Comparative Economics*, [s. l.], v. 42, p. 212-229, 2014.

FURUBOTN, E. G.; RICHTER, R. *Institutions and Economic Theory: The Contribution of the New Institutional Economics*. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GÓES, C. Institutions and growth: a GMM/IV Panel VAR approach. *Economics Letters*, [s. l.], v. 138, p. 85-91, 2016.

HAGOPIAN, F. After Regime Change: Authoritarian Legacies, Political Representation, and the Democratic Future of South America. *World Politics*, [s. l.], v. 45, n. 3, p. 464-500, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2950726>. Acesso em: 11 out. 2025.

IMAM, P. A.; JALLES, J. T. *Forging Strength: Exploring the Dynamic Interplay between Institutions and State Capacity*. Washington, DC: International Monetary Fund, 2025. (IMF Working Paper, WP/25/117). DOI: 10.5089/9798229011280.001.

ISKANDAR, A. S.; MUHAJIR, M. N. A.; HAMIDA, A.; JAFAR, E. The Effects of Institutions on Economic Growth in East Asia. *Jurnal Ekonomi dan Studi Pembangunan*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 87-100, 2023.

ISLAM, N. Growth Convergence: A Panel Data Approach. *Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 110, n. 4, p. 1127-1170, 1995.

IUGA, I. C.; SOCOL, A. Defending the nation, securing the economy. *E&M Economics and Management*, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 17-37, 2023. DOI: 10.15240/tul/001/2023-4-002.

LAWSON, R.; MURPHY, R. *Economic Freedom Dataset*. In: ECONOMIC Freedom of the World: 2023 Annual Report. Vancouver: Fraser Institute, 2023. Disponível em: <https://efotw.org/economic-freedom/dataset>. Acesso em: 1 mar. 2023.

LEHOUCQ, F.; PÉREZ-LIÑÁN, A. Breaking Out of the Coup Trap: Political Competition and Military Coups in Latin America. *Comparative Political Studies*, [s. l.], v. 47, n. 8, p. 1105-1129, 2014.

LI, M.; KUMBHAKAR, S. C. Do institutions matter for economic growth? *International Review of Economics*, [s. l.], v. 69, p. 465-485, 2022.

MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D. N. A Contribution to the Empirics of Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, [s. l.], v. 107, n. 2, p. 407-437, 1992.

MUNCK, G. L.; LEFF, C. S. Modes of Transition and Democratization: South America and Eastern Europe in Comparative Perspective. *Comparative Politics*, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 343-362, 1997.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, Pittsburgh, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

OCAMPO, J. A.; ROS, J. (org.). *The Oxford Handbook of Latin American Economics*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

PÉREZ-LIÑÁN, A.; POLGA-HECIMOVICH, J. Explaining military coups and impeachments in Latin America. *Democratization*, [s. l.], v. 24, n. 5, p. 839-858, 2017.

POLITY IV PROJECT. *Political Regime Characteristics and Transitions 1800–2017*. [S. l.]: Center for Systemic Peace, 2023. Disponível em: <http://www.systemicpeace.org/inscrdata.html>. Acesso em: 1 mar. 2023.

POZO, J. D. *História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais*. Tradução: Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PRÓCHNIAK, M. An attempt to assess the quantitative impact of institutions on economic growth and economic development. *International Journal of Management and Economics*, [s. l.], n. 38, p. 7-30, 2013.

PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. *Democracy and development: Political regimes and material welfare in the world, 1950–1990*. New York: Cambridge University Press, 2000.

RICHARDS, G. The Rise and Decline of Military Authoritarianism in Latin America: The Role of Stabilization Policy. *SAIS Review*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 155-171, 1985.

ROODMAN, D. How to do xtabond2: an introduction to difference and system GMM in Stata. *The Stata Journal*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 86-136, 2009.

SALA-I-MARTIN, X. X. I just ran two million regressions. *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 87, n. 2, p. 178-183, 1997.

STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na América Latina*. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VARIETIES OF DEMOCRACY (V-DEM). *V-Dem Dataset v16*. Gothenburg: V-Dem Institute, University of Gothenburg, 2026. Disponível em: <https://www.v-dem.net/data/dataset-archive/>. Acesso em: 24 maio 2026.

WORLD BANK. *World Development Indicators*. Washington, DC: World Bank, 2023. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 1 mar. 2023.

Apêndice A

Tabela A.1 – Resultados do estimador *System-GMM* com médias trienais, tratando como variáveis endógenas (IP, IE, CH e CM)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln PIB_{t-3}$	-0,005 (0,005)	-0,005 (0,005)
FBC	0,127*** (0,046)	0,134** (0,053)
CH	-0,002 (0,016)	-0,006 (0,015)
CM	-0,041* (0,021)	-0,042** (0,021)
Cpop	-0,003 (0,002)	-0,004* (0,002)
IP (Democrático)	0,000 (0,001)	0,004 (0,003)
IP (Militar)	-0,002 (0,002)	-0,003 (0,008)
IE (Democrático)	0,014*** (0,004)	0,051* (0,030)
IE (Militar)	-0,010* (0,006)	-0,020 (0,072)
IP × IE (Democrático)	-	-0,001 (0,000)
IP × IE (Militar)	-	0,000 (0,001)
Constante	0,137 (0,088)	0,013 (0,311)
Efeito Marginal Médio		
IP (Total)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
IP (Democrático)	0,000 (0,001)	0,000 (0,001)
IP (Militar)	-0,002** (0,001)	-0,002* (0,001)
IE (Total)	0,010*** (0,003)	0,009*** (0,003)
IE (Democrático)	0,014*** (0,004)	0,015*** (0,005)
IE (Militar)	0,004 (0,004)	0,001 (0,008)
Nº de observações	186	186
Lag dos instrumentos	2	2
Nº de instrumentos	158	158
Teste de Hansen	0,00	0,00

	p = 1,000	p = 1,000
Teste de Sargan	141,19	139,44
	p = 0,237	p = 0,231
Teste AR (1)	-2,73	-2,69
	p = 0,006	p = 0,007
Teste AR (2)	-0,31	-0,28
	p = 0,753	p = 0,776

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.

Erros-padrão robustos entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

Tabela A.2 – Resultados do estimador *System-GMM* com médias quinquenais, tratando como variáveis endógenas (IP, IE, CH e CM)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln PIB_{t-5}$	-0,009 (0,006)	-0,008 (0,005)
FBC	0,109** (0,050)	0,114** (0,052)
CH	0,009 (0,019)	0,007 (0,018)
CM	-0,026* (0,014)	-0,024* (0,014)
Cpop	-0,003 (0,004)	-0,004 (0,004)
IP (Democrático)	0,000 (0,001)	0,004** (0,002)
IP (Militar)	-0,003 (0,002)	-0,007 (0,006)
IE (Democrático)	0,016*** (0,005)	0,054*** (0,018)
IE (Militar)	-0,017** (0,007)	-0,059 (0,045)
IP × IE (Democrático)	-	-0,001** (0,000)
IP × IE (Militar)	-	0,001 (0,001)
Constante	0,205* (0,127)	0,215 (0,245)
Efeito Marginal Médio		
IP (Total)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
IP (Democrático)	0,000 (0,001)	0,000 (0,001)
IP (Militar)	-0,002 (0,002)	-0,002 (0,002)
IE (Total)	0,009*** (0,003)	0,008** (0,004)
IE (Democrático)	0,016*** (0,005)	0,017*** (0,005)
IE (Militar)	-0,001 (0,005)	-0,001 (0,008)
Nº de observações	119	119
Lag dos instrumentos	2	2
Nº de instrumentos	95	95
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	52,67 p = 0,971	51,34 p = 0,969

Teste AR (1)	-2,31 p = 0,021	-2,40 p = 0,017
Teste AR (2)	1,46 p = 0,143	1,62 p = 0,105

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.

Erros-padrão robustos entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

Tabela A.3 – Resultados do estimador *System-GMM* com médias trienais e instrumentos GMM de *lag* 3 para as variáveis endógenas (IP, IE, CH e CM)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln PIB_{t-3}$	-0,013*** (0,005)	-0,012*** (0,004)
FBC	0,129*** (0,048)	0,145*** (0,049)
CH	0,023 (0,017)	0,017 (0,017)
CM	-0,040** (0,018)	-0,039** (0,017)
Cpop	0,002 (0,003)	0,001 (0,003)
IP (Democrático)	0,003*** (0,001)	0,017 (0,011)
IP (Militar)	-0,005** (0,002)	-0,015 (0,015)
IE (Democrático)	0,013*** (0,004)	0,138 (0,096)
IE (Militar)	-0,014** (0,006)	-0,111 (0,134)
IP × IE (Democrático)	-	-0,002 (0,002)
IP × IE (Militar)	-	0,002 (0,003)
Constante	0,158 (0,116)	0,020 (0,281)
Efeito Marginal Médio		
IP (Total)	0,001*** (0,001)	0,001 (0,001)
IP (Democrático)	0,003*** (0,001)	0,003*** (0,001)
IP (Militar)	-0,002 (0,002)	-0,002 (0,002)
IE (Total)	0,007** (0,003)	0,004 (0,004)
IE (Democrático)	0,013*** (0,004)	0,019** (0,008)
IE (Militar)	-0,002 (0,005)	-0,006 (0,008)
Nº de observações	186	186
Lag dos instrumentos	3	3
Nº de instrumentos	150	150
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	111,06 p = 0,752	95,69 p = 0,950

Teste AR (1)	-2,79 p = 0,005	-2,63 p = 0,009
Teste AR (2)	-0,34 p = 0,738	-0,71 p = 0,476
Teste AR (3)	-0,10 p = 0,918	-0,07 p = 0,948

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.
Erros-padrão robustos entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

Tabela A.4 – Resultados do estimador *System-GMM* com médias quinquenais e instrumentos GMM de *lag* 3 e 4 para as variáveis endógenas (IP, IE, CH e CM)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln PIB_{t-5}$	-0,009 (0,006)	-0,012** (0,005)
FBC	0,109** (0,050)	0,148*** (0,046)
CH	0,009 (0,019)	0,003 (0,018)
CM	-0,026* (0,014)	-0,053** (0,023)
Cpop	-0,003 (0,004)	-0,005** (0,003)
IP (Democrático)	0,000 (0,001)	0,009 (0,006)
IP (Militar)	-0,003 (0,002)	-0,010 (0,008)
IE (Democrático)	0,016*** (0,005)	0,091* (0,054)
IE (Militar)	-0,017** (0,007)	-0,073 (0,064)
IP × IE (Democrático)	-	-0,001 (0,001)
IP × IE (Militar)	-	0,001 (0,001)
Constante	0,205* (0,127)	0,157 (0,270)
Efeito Marginal Médio		
IP (Total)	0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
IP (Democrático)	0,002 (0,002)	0,001 (0,002)
IP (Militar)	-0,001 (0,001)	-0,003 (0,002)
IE (Total)	0,007* (0,004)	0,010** (0,004)
IE (Democrático)	0,010** (0,005)	0,019*** (0,007)
IE (Militar)	0,002 (0,005)	0,005 (0,008)
Nº de observações	119	119
Lag dos instrumentos	4	3
Nº de instrumentos	79	87
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	42,91	66,81

	p = 0,931	p = 0,381
	-2,35	-2,34
Teste AR (1)	p = 0,019	p = 0,019
	1,69	1,42
Teste AR (2)	p = 0,090	p = 0,156
	-2,34	-1,46
Teste AR (3)	p = 0,019	p = 0,143
	1,40	0,61
Teste AR (4)	p = 0,160	p = 0,541

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.

Erros-padrão robustos entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Tabela A.5 – Resultados do estimador *System-GMM* com médias trienais, tratando como variáveis endógenas (VDEM e IE)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln PIB_{t-3}$	0,001 (0,006)	0,001 (0,006)
FBC	0,088*** (0,028)	0,089*** (0,028)
CH	-0,006 (0,012)	-0,003 (0,011)
CM	-0,032** (0,015)	-0,031** (0,016)
Cpop	-0,000 (0,004)	-0,002 (0,003)
VDEM (Democrático)	0,000 (0,023)	0,100 (0,076)
VDEM (Militar)	-0,029 (0,030)	0,070 (0,169)
IE (Democrático)	0,014** (0,007)	0,023** (0,010)
IE (Militar)	-0,002 (0,008)	-0,002 (0,013)
VDEM × IE (Democrático)	-	-0,017* (0,009)
VDEM × IE (Militar)	-	-0,024 (0,027)
Constante	-0,046 (0,069)	-0,084 (0,068)
Efeito Marginal Médio		
VDEM (Total)	-0,012 (0,017)	-0,023 (0,019)
VDEM (Democrático)	0,000 (0,023)	-0,000 (0,029)
VDEM (Militar)	-0,029 (0,021)	-0,072*** (0,027)
IE (Total)	0,012** (0,005)	0,012** (0,006)
IE (Democrático)	0,014** (0,007)	0,015** (0,007)
IE (Militar)	0,013** (0,006)	0,001 (0,009)
Nº de observações	186	186
Lag dos instrumentos	2	2
Nº de instrumentos	92	92
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	62,77 p = 0,520	58,27 p = 0,611

Teste AR (1)	-2,71 p = 0,007	-2,65 p = 0,008
Teste AR (2)	-0,52 p = 0,601	-0,14 p = 0,886

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.

Erros-padrão robustos entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

Tabela A.6 – Resultados do estimador *System-GMM* com médias quinquenais, tratando como variáveis endógenas (VDEM e IE)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln PIB_{t-5}$	-0,006 (0,005)	-0,006 (0,005)
FBC	0,104*** (0,040)	0,105** (0,043)
CH	0,001 (0,014)	0,003 (0,013)
CM	-0,031* (0,017)	-0,031* (0,017)
Cpop	-0,004 (0,003)	-0,005* (0,002)
VDEM (Democrático)	-0,005 (0,016)	0,083 (0,089)
VDEM (Militar)	-0,049 (0,034)	-0,068 (0,203)
IE (Democrático)	0,017*** (0,006)	0,026*** (0,007)
IE (Militar)	-0,020*** (0,007)	-0,026** (0,013)
VDEM × IE (Democrático)	-	-0,014 (0,012)
VDEM × IE (Militar)	-	0,000 (0,033)
Constante	0,115** (0,049)	0,098 (0,069)
Efeito Marginal Médio		
VDEM (Total)	-0,025 (0,019)	-0,026 (0,018)
VDEM (Democrático)	-0,005 (0,016)	0,001 (0,023)
VDEM (Militar)	-0,053 (0,035)	-0,064* (0,034)
IE (Total)	0,009* (0,005)	0,008* (0,005)
IE (Democrático)	0,017*** (0,006)	0,019*** (0,005)
IE (Militar)	-0,003 (0,005)	-0,008 (0,007)
Nº de observações	119	119
Lag dos instrumentos	2	2
Nº de instrumentos	57	57
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	29,39 p = 0,774	28,17 p = 0,749

Teste AR (1)	-2,35 p = 0,019	-2,35 p = 0,019
Teste AR (2)	1,43 p = 0,152	1,32 p = 0,186

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.
Erros-padrão robustos entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Tabela A.7 – Resultados do estimador *System-GMM* com dados anuais, tratando como variáveis endógenas (IP, IE e $\ln \text{PIB}_{t-1}$)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln \text{PIB}_{t-1}$	-0,015* (0,008)	-0,016* (0,009)
FBC	0,174*** (0,038)	0,181*** (0,049)
CH	0,010 (0,017)	0,011 (0,018)
CM	-0,033*** (0,009)	-0,032*** (0,009)
Cpop	-0,007* (0,004)	-0,008* (0,004)
IP (Democrático)	0,001 (0,001)	0,005 (0,007)
IP (Militar)	-0,002 (0,002)	-0,003 (0,008)
IE (Democrático)	0,012*** (0,004)	0,042 (0,065)
IE (Militar)	-0,007 (0,006)	-0,015 (0,075)
IP × IE (Democrático)	-	-0,001 (0,001)
IP × IE (Militar)	-	0,000 (0,001)
Constante	0,004 (0,076)	-0,178 (0,433)
Efeito Marginal Médio		
IP (Total)	0,000 (0,001)	0,000 (0,001)
IP (Democrático)	0,001 (0,001)	0,001 (0,002)
IP (Militar)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
IE (Total)	0,009*** (0,003)	0,008*** (0,003)
IE (Democrático)	0,012*** (0,004)	0,013** (0,006)
IE (Militar)	0,005 (0,004)	0,002 (0,004)
Nº de observações	566	566
Lag dos instrumentos	3	3
Nº de instrumentos	381	381
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	344,37 p = 0,115	342,39 p = 0,114

Teste AR (1)	-2,51 p = 0,012	-2,48 p = 0,013
Teste AR (2)	-2,19 p = 0,028	-2,20 p = 0,028
Teste AR (3)	-0,00 p = 0,998	0,02 p = 0,984

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.
Erros-padrão robustos entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

Tabela A.8 – Resultados do estimador *System-GMM* com dados anuais, tratando como variáveis endógenas (IP, IE, $\ln \text{PIB}_{t-1}$ e CH)

Variáveis	Sem efeitos de interação	Com efeitos de interação
$\ln \text{PIB}_{t-1}$	-0,007 (0,006)	-0,007 (0,006)
FBC	0,165*** (0,048)	0,165*** (0,056)
CH	-0,013 (0,014)	-0,013 (0,013)
CM	-0,032*** (0,009)	-0,032*** (0,009)
Cpop	-0,008* (0,005)	-0,008 (0,005)
IP (Democrático)	0,001 (0,002)	0,001 (0,008)
IP (Militar)	-0,002 (0,002)	-0,002 (0,010)
IE (Democrático)	0,013*** (0,004)	0,012 (0,071)
IE (Militar)	-0,007 (0,006)	-0,008 (0,083)
IP × IE (Democrático)	-	0,000 (0,001)
IP × IE (Militar)	-	0,000 (0,001)
Constante	-0,012 (0,074)	-0,007 (0,458)
Efeito Marginal Médio		
IP (Total)	0,000 (0,001)	0,000 (0,001)
IP (Democrático)	0,001 (0,002)	0,001 (0,002)
IP (Militar)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
IE (Total)	0,010*** (0,002)	0,010*** (0,002)
IE (Democrático)	0,013*** (0,004)	0,013** (0,006)
IE (Militar)	0,006* (0,003)	0,006 (0,004)
Nº de observações	566	566
Lag dos instrumentos	3	3
Nº de instrumentos	492	492
Teste de Hansen	0,00 p = 1,000	0,00 p = 1,000
Teste de Sargan	445,55 p = 0,237	445,51 p = 0,217

Teste AR (1)	-2,49 p = 0,013	-2,45 p = 0,014
Teste AR (2)	-2,21 p = 0,027	-2,22 p = 0,027
Teste AR (3)	-0,06 p = 0,955	-0,06 p = 0,953

Nota: FBC = formação bruta de capital; CH = capital humano; CM = comércio de mercadorias; Cpop = crescimento populacional; IP = instituições políticas; IE = instituições econômicas. Os termos Democrático e Militar correspondem às interações entre as variáveis institucionais e o regime político.

Erros-padrão robustos entre parênteses. * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.